

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/282233090>

Para além da ego-história: memoriais acadêmicos como fontes de pesquisa autobiográfica

Article in *Revista de odontologia da UNESP / Universidade Estadual Paulista (UNESP)* · January 2015

CITATION

1

READS

169

3 authors, including:



Wilton Silva

São Paulo State University

29 PUBLICATIONS 6 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



To invent yourself: ego history and autoethnography in the academic memorials by historians and anthropologists [View project](#)



both belong me. [View project](#)

Para além da ego-história: memoriais acadêmicos como fontes de pesquisa autobiográfica**Wilton C. L. SILVA***

Resumo: No Brasil, o memorial acadêmico é um relato crítico da trajetória cultural e intelectual de um docente universitário, exigido em concursos públicos de progressão de carreira, que remonta ao *Exposé des titres et travaux scientifiques*, característico da carreira acadêmica francesa. Trata-se de uma manifestação privilegiada da escrita autobiográfica na qual se mesclam a trajetória pessoal e a intelectual, caracterizando-se como um dos raros momentos no qual é legítima a fala do intelectual sobre si mesmo. Embora identificado com diferentes rótulos, como ego-história, escrita de si ou autoetnografia, por exemplo, a escrita autobiográfica do intelectual, pouco estudada na tradição brasileira, permite identificar determinações e configurações normativas do discurso acadêmico-científico, assim como uma multiplicidade de identidades e referências que se afirmam no processo narrativo. Em linhas gerais, os memoriais acadêmicos apresentam a dupla dimensão do discurso institucional e burocrático e da narrativa pessoal e memorialística, de modo que é possível identificar um ethos discursivo que oscila entre a abordagem objetivada de natureza cartesiana ou o enfoque subjetivante da perspectiva hermenêutica, caracterizando-os como fonte rica e polissêmica.

Palavras-chaves: Memorial acadêmico. Escrita de si. Autobiografia. História intelectual.

Beyond the ego-history: academic memories as sources of autobiographical research

Abstract: In Brazil's academic tradition the "memorial" is a working memories, which is a critical account of the cultural and intellectual history of a university professor, required in process of upgrading of career. This is a privileged manifestation of autobiographical writing in which the personal and intellectual trajectory blend, characterized as one of the rare moments in which it is legitimate of the intellectual to speak about himself. Identified like ego-histoire, self-writing or autoethnography the intellectual's autobiographical writing is little studied in the academic Brazilian tradition, although it allows the indentification of normative determinations and configurations of the academic-scientific speech, as well as a multiplicity of identities and references in the narrative process. The academic memorials present the

* Professor Livre-Docente - Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras - Unesp – Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Assis - Av. Dom Antônio, 2100, CEP: 19806-900, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: wilton@assis.unesp.br

double dimension of institutional and bureaucratic discourse and personal memoirs and narrative, so that it is possible to identify a discursive ethos ranging from the objectified cartesian approach or the subjective hermeneutic perspective, like a rich and polysemous source.

Keywords: Academic memories. Self-writing. Autobiography. Intellectual history.

Entre contrastes e contratos narrativos: um inventário de diferenças

“Meu ambiente é o que se instaura de repente
Onde quer que chegue, só por eu chegar
Como pessoa soberana nesse mundo
Eu vou fundo na existência
E para nossa convivência
Você também tem que saber se inventar...”
(Caetano Veloso, *Diamante Verdadeiro*)

O biografismo inclui manifestações narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual com base em diversos enfoques e metodologias que permitem sua incorporação por meio do romance histórico, das narrativas pessoais (autobiografias, memórias e testemunhos), da literatura escolar e das biografias propriamente ditas.

Assim, as práticas discursivas da escrita biográfica já foram definidas como modalidades da “história de uma só pessoa” e ainda recebem reticências e reservas de alguns historiadores e cientistas sociais, como se falar de indivíduos fosse calar sobre assuntos mais urgentes e grandes injustiças.¹

No entanto, a biografia, enquanto relato, é o resultado de memórias (ou mesmo esquecimentos) coletivas, individuais e sociais, constantemente negociadas e processadas, e que se corporificam valendo-se de relações particulares com o tempo e o espaço, não simplesmente como atos de resgate, mas de reconstrução do passado baseado em referenciais atuais.

Dentro desse universo, as situações nas quais narrador e personagem são a mesma pessoa caracterizam a expressão literária da autobiografia e, em relação a sua manifestação entre historiadores, é chamada de ego-história; e entre antropólogos, de autoetnografia, situação na qual a identidade autor-narrador rompe com as instâncias dicotômicas que, mesmo com ressalvas, caracterizam os gêneros ficcionais.²

A escrita de si, “écriture de soi”, termo cunhado por Michel Foucault e que se liga as suas pesquisas sobre a “cultura de si”, compreende uma forma de manifestação discursiva

na qual o sujeito se coloca em relação consigo mesmo, englobando manifestações que se distribuem temporalmente do epistolário de Sêneca às Confissões de Jean Jacques Rousseau³, passando pelas meditações estoicas do imperador Marco Aurélio e pelas Confissões de Santo Agostinho, entre outros, mantendo suas características de discurso construído na primeira pessoa, com ponto de vista totalizador e retrospectivo, no qual alguns eventos significam erro lamentável ou feliz conversão.⁴

Spengemann (1980, p. 32), entende que são as Confissões, de Santo Agostinho (398), que constituem o grande modelo da autobiografia ocidental ao já apresentarem questões fundamentais do gênero como a reflexão sobre o autoconhecimento e a relação da memória com esse processo, pois se faziam presentes no texto agostiniano as formas consagradas posteriormente, como escrita de si: a lembrança histórica de si mesmo, a autoinvestigação filosófica e a autoexpressão poética.⁵

Lejeune (2008, p. 65-66), por sua vez, afirma que Rousseau estabeleceu em Confissões (1782) aquelas que seriam as diretrizes narrativas do gênero autobiográfico: a utilização de técnicas romanescas para compartilhar o passado e de mecanismos da narrativa pessoal para aproximação com o leitor; identifica o relato de seu passado como forma de ampliar o conhecimento a respeito de si; enfatiza os relatos de sua infância como gênese de sua personalidade e determina, assim, uma nova concepção do papel da infância na trajetória individual; abordou novas dimensões da personalidade ao descrever experiências consideradas desprezíveis ou ridículas, como a sexualidade; e estabeleceu conteúdos referenciais como a necessidade de justificar a produção de sua autobiografia, a diferença entre o conhecimento de si e o conhecimento de si pelo outro, a escritura autobiográfica como justificativa da vida, etc.

Misch (1950) e Gusdorf (1991) discordam de enfoques classificatórios e afirmam que a unidade desse gênero não está relacionada à “forma” em que se apresentam, mas à perspectiva que reivindicam, de oferecer ao leitor um relato em que seja possível ter acesso à vida daquele que narra; de modo que identificam a gênese da autobiografia (ou da escrita autobiográfica) em antigas civilizações do Oriente Médio e sua manutenção na Idade Média.

Misch (1950) entende que tais relatos, que manifestam uma consciência de si, apresentam-se de diferentes formas ao longo do tempo justamente porque os referenciais culturais do lugar e período em que surgem são particulares e, portanto, em cada período toma forma diferenciada.⁶

A escrita funcionaria como um dispositivo de confissão, substituindo o olhar do outro, como uma força disciplinadora de nossas ações e pensamentos que nas situações de solidão tornaria possível revelar movimentos interiores da alma.⁷

Segundo Lejeune (2008, p. 48), o pacto autobiográfico pressupõe essa confluência entre narrador e personagem, quando é construído um “[...] relato retrospectivo em prosa

que uma pessoa real faz de sua própria existência, enfatizando sua vida individual e, em particular, a história de sua personalidade."

Ainda segundo o autor, a autobiografia se constitui em uma dupla dimensão, na forma como é escrita e na forma como é lida, ou seja, no chamado "pacto autobiográfico" que, de certa maneira, desloca a classificação da narrativa autobiográfica para além da delimitação entre discursos fictícios e discursos factuais, caracterizando o gênero pela contratualidade.⁸

A contratualidade é condição fundamental do pacto, uma vez que, como salienta Cordón (1997, p. 117), aproxima-se da

[...] teoría del acto documental desarrollada por Meyriat, según la cual únicamente existe éste cuando un receptor lee un escrito otorgándole con su acción su carácter de documento, incompleto, latente hasta entonces. Extrapolando esta noción al género autobiográfico podríamos decir que sólo existen autobiografía cuando se publica y llega efectivamente a un lector cualquiera.

Escrita de si na Literatura, na Antropologia e na História

"Do indivíduo temos que partir, ainda que seja para o abandonar."
(Fernando Pessoa)

Se relatos nos quais autor e personagem são a mesma pessoa apresentam-se como uma recorrência estilística-literária⁹, a literatura confessional tem um longo passado, tanto como manifestação artística quanto como objeto de análise.¹⁰

Na literatura brasileira, a autobiografia surge como memorialismo na obra de José de Alencar, *Como e por que sou romancista* (escrita em 1873 e publicada, postumamente, em 1893)¹¹, e tem na transição do século XIX para o XX o destaque de *Minhas recordações*, de Francisco de Paula Ferreira de Rezende; *Minha vida de menina*, de Helena Morley, e *Minha formação* (1900), de Joaquim Nabuco (único dos três que foi publicado quando escrito, pois os outros dois somente vieram a público na década de 40, do século XX).

Já nas primeiras décadas do século XX, embora numericamente a produção autobiográfica não seja expressiva, destacam-se obras como *O meu próprio romance* (1931), de Graça Aranha, e *Memórias* (1933) de Humberto de Campos, que graças ao sucesso de seu livro se torna um grande popularizador do gênero.

A década de 40 assistiu à publicação dos textos de Helena Morley e Francisco de Paula Ferreira de Rezende, assim como *Infância* (1945) de Graciliano Ramos¹² e de

Segredos da infância (1949) de Augusto Meyer, e a década de 50 tem como destaques *Memórias do cárcere* (1953), também de Graciliano Ramos, *Um homem sem profissão* (1954) de Oswald de Andrade, *Itinerário de Pasárgada* (1954) de Manuel Bandeira, *História da minha infância* (1955), o primeiro de cinco volumes das memórias de Gilberto Amado, e *Meus verdes anos* (1956), de José Lins do Rego.

As décadas de 70 e 80 compreendem o período de edição dos seis volumes das memórias de Pedro Nava (*Baú de ossos*, *Balão cativo*, *Chão de ferro*, *Beira-mar*, *Galo das trevas* e *O círio perfeito*), que vai se apresentar como a grande obra memorialista da literatura nacional, não só por revisitar todos os temas das obras nacionais anteriores no gênero como pela diversidade de recursos linguísticos e discursivos utilizados pelo narrador.

Cabe ressaltar que, com essa descrição não se pretende uma linha evolutiva, mas um indicador da manifestação do gênero autobiográfico em uma tradição cultural e intelectual, pois, como assinala Fávero (1999, p. 29):

A presença gradativa dos textos de memórias demonstrou que, para uma tarefa dessa dimensão, a nossa literatura começava a voltar-se rumo a um gênero que apresentava potencial considerável de contribuição nesse campo. Parece, pois, procedente dizer que as memórias pessoais, na medida em que refletiam o meio em que se situava o autor, constituíam uma espécie de força auxiliar da ficção no intuito de mapear a realidade brasileira, mesmo que isto não representasse um projeto específico de atuação.

No entanto, atualmente, ocorre uma inovação na teoria literária se dá pela transposição de elementos do estilo discursivo autorreflexivo do objeto para a forma de análise, o que reforça a subjetividade da crítica e flexibiliza seus limites.

Exemplos desses exercícios de flexibilização de fronteiras na teoria literária podem ser colhidos em trabalhos como na coletânea de contos “Histórias mal contadas” ou no romance “O Falso Mentiroso” (2004), ambos de Silviano Santiago, nos quais, em diversos contos, o autor ficcionaliza seus primeiros contatos com as sociedades francesas e norte-americanas. No romance, a vida e a obra do personagem-narrador se confunde em alguns pontos com a vida de seu autor real, de forma proposital, como quando fala sobre seu nascimento, o personagem afirma:

Já que voltei a tocar nas circunstâncias do meu nascimento, adianto. Corre ainda uma quinta versão sobre elas. Teria nascido em Formiga, cidade do interior de Minas Gerais. No dia 29 de setembro de 1936. Filho legítimo de Sebastião Santiago e Noêmia Farnese Santiago. A versão é tão inverossímil, que nunca quis explorá-la. Consistente só a data de nascimento. Cola-se à que foi declarada em cartório carioca pelo doutor

Eucanaã e Donana. Diante de padrinhos e testemunhas. (SANTIAGO, 2004, p. 80).

Segundo Klinger (2007, p. 36-37), além do próprio Silvano Santiago, também a crítica literária de Denílson Lopes (Nós, os mortos, 1999, e O homem que amava rapazes e outros ensaios, 2002), assim como Francisco Foot Hartman (Trem Fantasma, 1998), Nicolau Sevcenko (Orfeu extático na metrópole, 1998), Davi Arrigucci (Humildade, paixão e morte, 1992) Jomard Muniz de Brito (Atentados Poéticos, 2002) e Ítalo Moriconi (Ana Cristina César, sangue de uma poeta, 1996) seriam exemplos de ensaios que “fogem de uma cientificidade e da precisão metodológica”.¹³

Klinger (2007, p. 39) referencia o termo “ego-literatura” criado por Phillipe Forest, inserindo-a no campo da “escrita de si” que formaria uma constelação biográfica na qual se encontrariam memórias, diários, autobiografias e ficções sobre o eu.

Um exemplo original e pioneiro de experimentação da linguagem autorreflexiva na crítica literária é o referenciado ensaio Roland Barthes por Roland Barthes, cuja primeira edição é de 1975, no qual o autor, em texto narrativo em primeira pessoa, com elementos confessionais e autobiográficos, subverte os limites entre esses modelos, sendo fragmentário em termos cronológicos e discursivos (mesclando vozes narrativas e desconstruindo o “efeito de realidade”), e iniciando sua narrativa com uma frase esclarecedora: “Tudo isto deve ser considerado como dito por um personagem de romance.”¹⁴

Por sua vez, em relação à antropologia, Versiani (2005) aproxima o conceito de autobiografia ao de autoetnografia, discutindo as particularidades desses últimos sobre os primeiros, tanto no que se refere à leitura quanto à produção, baseado em questões sobre os limites entre o relato vida, o testemunho, a autobiografia, a etnografia e o ensaio autorreflexivo.¹⁵

O neologismo “autoetnografia”, segundo Versiani (2005, p. 97) – com base em textos de Reed-Danahay, Phillipe Lejeune, Alice Deck e Mary Louise Pratt –, surgiria na antropologia como um desdobramento de discussões entre produção textual e subjetivação, nas quais a coletânea “Writing Culture: the poetics and politics of ethnography” (1986), organizada por Clifford e Marcus James, e os trabalhos de Michael Fischer sobre autobiografias étnicas são alguns exemplos significativos.

Embora não citadas por Versiani (2005), duas obras de Renato Rosaldo, antropólogo norte-americano que têm buscado dialogar com a história, apresentam a ideia de autoetnografia, são ***“Ilongot Headhunting: 1883-1974: A Study in Society and History”*** (1980) e ***“Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis”*** (1989).

Particularmente no segundo, Rosaldo (1989) questiona em que medida as concepções de verdade e de objetividade nos atuais estudos da cultura não se transformaram em justificativa para um monopólio (imperialista e/ou colonialista) do discurso eurocêntrico sobre culturas não europeias¹⁶, e, para tanto, propõe mudanças necessárias nas práticas etnográficas e antropológicas, entre elas a valorização da autoanálise. Seu trabalho com os Ilongot – um grupo nativo das Filipinas – buscou a valorização de uma abordagem historiográfica, em um momento no qual a história oral e a etnohistória ainda não haviam se consolidado como área de pesquisas delimitadas, legitimadas e com publicações próprias, modelos descritivos e analíticos preferenciais, incorporando no trabalho duas dimensões inovadoras: a análise da temporalidade nativa e a narrativa de seu percurso de pesquisa, com acertos e erros.

De certa forma, a maneira como o processo de subjetivação é incorporado pela crítica literária e pela antropologia torna mais fácil uma construção narrativa do tipo de Roland Barthes ou de Renato Rosaldo, aproximando-se a todo o tempo da experiência pessoal como fonte de validação teórica.

Por sua vez, no campo historiográfico, o surgimento do livro “Ensaio de Ego-história”, organizado por Pierre Nora, com a participação de grandes historiadores franceses – Jacques Le Goff, Georges Duby, Michelle Perrot, René Remond, Maurice Agulhon, Raoul Girardet, Pierre Chaunu e o próprio organizador – marca a afirmação de uma opção metodológica para a exploração de memórias individuais dos autores, na busca de cada um explicar a sua própria história e tentar aplicar a si próprio, seguindo procedimentos que tantas vezes lançou sobre os outros.

Na contracapa do livro explica-se:

“Que é ego-história? Não se trata de uma autobiografia pretensamente literária, nem de uma profissão de fé abstracta, nem de uma tentativa de psicanálise. O que está em causa é explicar a sua própria história como se fosse de outrem, tentar aplicar a si próprio, seguindo o estilo e os métodos que cada um escolheu, o olhar frio, englobante e explicativo que tantas vezes se lançou sobre os outros. Em resumo, tornar clara, como historiador, a ligação existente entre a história que cada um fez e a história de que cada um é produto.” (NORA, 1989).

Ao longo do século XX, as particularidades da Teoria da Literatura permitem a discussão das relações entre os processos de subjetivação e a obra literária, desde da discussão sobre autoria até a afirmação crítica da dimensão sociocultural não só da obra mas também de seu significado em diferentes contextos.

Na Antropologia, por sua vez, com a inevitável imersão cultural e os necessários diários de campo, colocam-se de forma precoce a discussão sobre autorreflexão e narrativa, o que não se explicita na Sociologia e na Ciência Política com suas pesadas heranças positivistas.

E, finalmente, na História, tal temática somente se legitima posteriormente, como nas seguidas reavaliações sobre a legitimidade da biografia e discussões sobre “a escrita da história”, “ego-história” e temas afins.

O volume da produção, pelos membros do cânone das diferentes áreas, de biografias também parece oferecer diferenças significativas, que refletem tanto dinâmicas internas e externas das disciplinas como conjunturas locais, e a análise dessas determinantes, embora necessária e legítima, transcende claramente os limites do presente texto.

Finalmente, a constatação da forma como a narrativa biográfica é utilizada na construção da memória interna de cada área¹⁷ nos obriga, inevitavelmente, a reconhecer o processo “hagiográfico” na construção da história da historiografia e das ciências sociais em geral, quando a ideia romântica do “gênio” sobrevive em diferentes orientações teóricas e metodológicas, ao mesmo tempo que causam estranhamento, em polos extremos, a ausência de “diários no sentido estreito do termo” e a dificuldade em se falar sobre si mesmo.

Os próprios fundamentos epistemológicos das três áreas, Teoria Literária, Antropologia e História, situam o indivíduo e sua experiência particular de forma extremamente contrastante: para a Teoria Literária as características particulares de cada indivíduo enquanto autor se não explicam toda a sua obra são inevitavelmente determinantes em suas características; para a Antropologia, o relato etnográfico possui uma dupla dimensão, que tanto reflete uma experiência individual e única corporificada até mesmo em um diário de campo, assim como em sua manifestação discursiva que está sujeita às determinações e configurações e normativas do discurso acadêmico-científico; e finalmente, para a História, o ideal do relato objetivo determinado pela proeminência da fonte sobre o narrador torna a questão do vivido quase ilegítima.

Se algumas dessas premissas são discutidas e reavaliadas nas últimas décadas do século XX, isso se deve a uma série de questões, desde um diálogo interdisciplinar no qual ocorre a afirmação da dimensão social da obra literária e de seus processos de produção, mediação, recepção e análise crítica, o reconhecimento do teor subjetivo e culturalmente determinado da narrativa etnográfica e dos processos de inclusão-exclusão que ela envolve, e, finalmente, o redimensionamento da categoria “indivíduo” pela sua dimensão social e, portanto, ao mesmo tempo particular e representativa.

No entanto, o exercício de ego-história do historiador George Duby, intitulado “O prazer do historiador”, termina com uma confissão de desconforto do autor com o aspecto público dessa autorreflexão e que resulta em uma exposição asséptica, com ênfase na trajetória pública e institucional, quase um curriculum vitae, mostrando uma dificuldade em se falar de si e uma forma de autopreservação.

De forma contrastante, no entanto, o biografismo foi uma abordagem legitimada por Duby, baseado na defesa de suas escolhas teóricas e metodológicas para escrever Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo, obra sobre a qual diz:

Eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro do meu percurso. A única modificação – das mais importantes, reconheço – dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, seguindo o fio de um destino pessoal. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história-questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal? [...] O verdadeiro tema do livro não é Guilherme (Marechal), mas a cavalaria, seu ideal, os valores que ela afirma respeitar. (DUBY, 1993, p.137-138).

Escrever sobre si mesmo, no entanto, apresenta maiores problemas. Guimarães (2002), aludindo ao texto de ego-história do autor, aponta para o fato de que o historiador Duby

[...] manifesta o seu desconforto em escrever a sua história, confrontando-se com o dilema de escrever em primeira ou terceira pessoa, tornar a narrativa pessoal ou impessoal, terminando por optar por escrever em primeira pessoa mas decidindo por manter o seu afastamento. No texto, são narradas várias fases de sua vida pública, pois o autor prefere não falar da sua afetividade nem de seus gostos e atividades culturais. A sua trajetória intelectual torna-se a sua ego-história. O historiador, por ofício acostumado a estudar a vida do sujeito em seus vários aspectos e conhecer as diferentes relações sociais que o cercam, opta por ocultar uma significativa parcela de sua vida, resumindo-a à sua trajetória intelectual. [...] O desconforto do autor se explica em parte pela sua própria opção em não se expor, em não tornar pública a sua vida privada, a sua afetividade e outras relações travadas no próprio âmbito público, mas que foram cuidadosamente protegidas. (p. 2-3).

Roger Chartier (HERNANDEZ, 1999, p. 151), em entrevista na qual foi perguntado sobre os fatores pessoais que lhe aproximaram do estudo da história, respondeu:

No sé si me gusta contestar preguntas demasiado personales. En ello pesan dos razones: en primer lugar, temo lo que Bourdieu llama “la ilusión

biografica” que construye retrospectivamente una historia de vida coherente, lineal, justificada, olvidando as los azares que transforman la vida o, por el contrario, las determinaciones sociales o familiares que gobiernan las ‘elecciones’ aparentemente libres. En segundo lugar, pienso que los historiadores deben resistirse a la tentacion y las seducciones de la “ego-historia”. Somos artesanos, miembros de corporaciones o de la Republica de las Letras. Ni la una ni las otras separaron nunca a los individuos singulares del trabajo o del proyecto comun. Es una leccion que debemos entender.

E, em outra entrevista, Chartier vai além, questionando metodologicamente a utilização da ego-história:

Quando Pierre Nora inventou esse conceito de Ego-História, que conduz o historiador a se colocar como objeto do seu discurso, fez algo terrível porque todos os historiadores se precipitaram em contar suas vidas. De fato, a quem se permite fazê-lo? Aos astros do cinema. A grandes esportistas. Aos políticos. No entanto, todos os intelectuais ou todos os professores a quem se pediu para contar sua vida, ficaram contentes. Para eles, isso significava transformar seu status na sociedade. Mas seus textos são, salvo algumas exceções, absolutamente chatos. Como diz Bourdieu, por que pedimos aos historiadores para contar vidas em história? Fora existências como a de Jean-Pierre Vernant, herói da resistência francesa, os outros, os nossos, ordinários e banais, são insignificantes. Eles nos importam, mas não acho que mereçam ser contadas. (DIAS, 2005, p. 267).¹⁸

O memorial acadêmico como escrita de de si

“¿De que puede hablar con el máximo placer un hombre honrado?: de sí mismo.”
(Dostoiévski, Notas sobre el subterráneo)

Uma manifestação privilegiada da escrita autobiográfica na carreira acadêmica é o memorial, que no labirinto da burocracia universitária é descrito como um documento no qual um professor universitário, com a finalidade de satisfazer exigências de progressão de carreira docente, descreve sua trajetória, com ênfase em suas atividades de pesquisa, com publicações em periódicos indexados, atividades em cursos de pós-graduação, palestras e produção de material didático, cursos de extensão e demais atividades pertinentes à sua área de atuação.

Tal documento é utilizado como critério de avaliação do mérito acadêmico do candidato e, na verdade, mostra-se como um dos raros momentos no qual se apresenta como legítima a fala do intelectual sobre si mesmo.

O memorial acadêmico remete o acadêmico-autor-narrador a uma situação bastante particular ao situá-lo em uma escrita de si, mas que não é o gênero autobiográfico, nem o gênero diarístico, pois embora apresente o objetivo de dar forma a uma história do autor entre um fundo histórico-cultural e uma subjetividade específica, sua proposta estabelece um recorte no qual a dimensão pública e profissional ocupa uma centralidade.

Queiroz (1991, p. 6) afirma que, no relato do narrador sobre sua trajetória, é possível delinear “[...] as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence.”

A origem desse tipo de texto, entendido enquanto um relato crítico da trajetória cultural e intelectual do indivíduo, assim como de suas expectativas profissionais e acadêmicas, é uma exigência que remonta ao Exposé des titres et travaux scientifiques, característico da carreira acadêmica francesa.

O memorial, como qualquer relato de memória, se estrutura como um espaço de afirmações e negações, do que se lembra e do que se esquece, do que se mostra e do que se omite, e mesmo que seu autor-narrador possa imaginar-se como representante de interesses de classe, ator estratégico, figura do habitus, ator racional, ser histórico ou agente socializado, entre outras possibilidades, está vinculado a relações particulares com seu tempo e espaço de forma que sua narrativa não são simplesmente atos de resgate, mas de reconstrução do passado.

Suas confissões, nem próximas de Santo Agostinho, nem de Jean Jacques Rousseau, não ambicionam funcionar como um dispositivo para substituir o olhar do outro como uma força disciplinadora de suas ações e pensamentos, assim como a exercida em uma comunidade pelo olhar do outro, ou como situação catártica que revela movimentos interiores da alma.

O autor-narrador reorganiza as instâncias dicotômicas sujeito-objeto por meio da inclusão explícita de sua persona como foco de análise, na qual, ao mesmo tempo que o sujeito produz uma manifestação discursiva em que se coloca em relação consigo mesmo, esta é mediada pelas exigências de contratualidade, ou seja, as expectativas de um discurso em primeira pessoa como relato crítico de sua trajetória cultural e intelectual, assim como de suas expectativas profissionais e acadêmicas.

O autor-narrador pode utilizar-se das determinações e configurações normativas do discurso acadêmico-científico como álibi para a desconsideração da multiplicidade de identidades e referências que se criam no espaço entre o vivido, o lembrado e o narrado e essa complexa vinculação do vivido não só à ação, mas também à percepção da vivência e de seus significados e múltiplas interrelações, ao lembrado e às construções reais ou

imaginárias entre a lembrança, suas origens e seus desdobramentos, e ao narrado enquanto compartilhamento e ocultamento, nos quais diferentes processos de subjetivação se desenvolvem.

Dessa forma, afirma-se a tendência de homogeneizar, racionalizar e formatar, dentro de uma sequência regular de coerência atribuída, o primado racional e a moralidade incontestável em que a narrativa teleobjetivada do comportamento público e racional, reflexo de ações exemplares e decisivas, encobre então o aleatório, o imprevisível, o subjetivo e o desvio enquanto dimensões presentes no indivíduo.

Assim como em outras experiências da escrita de si, o “pacto de leitura” impõe concessões entre autor e leitor nas quais se estabelece uma dupla convenção, ou falácia, a de que existe uma continuidade no “eu” reduzido a seus aspectos mais significativos juntamente com uma descontinuidade no tempo que possibilita – mediante encadeamento de momentos relevantes – superar as limitações da memória nas inter-relações entre ação, ficção e narração.

Consciente destas tensões, exige de si o autor-narrador que, se não pode afirmar como o poeta “tudo o que não invento, é falso”, suas escolhas de “eventos marcantes”, “episódios nucleares”, “memórias definidoras do self” e “memórias vívidas” se não sejam a impossível verdade factual, no sentido de reprodução completa e minuciosa do real, estabeleçam uma relação com a verdade não pela factualidade mas pelo seu significado.

No caso dos acadêmicos em História, por exemplo, o memorial pode se aproximar de projetos da ego-história, uma autorreflexão que descarta propositalmente as dimensões íntimas, ou incorporar dimensões do chamado giro linguístico e explicitar os processos subjetivos do autor.

De qualquer maneira, esse tipo de narrativa é um claro indício das formas como o passado é apreendido e compreendido na dinâmica social (e como a memória fundamenta identidades pessoais e coletivas) no interior de um grupo profissional específico, e permite também intuir os limites da subjetivação no discurso historiográfico com base em algumas de suas orientações.

A preocupação com a exclusão da intimidade e da subjetivação surge como um uma forma de intermediação, de autocensura daquele que escreve, assim como também é um conjunto de rastros e pistas a partir de lapsos e deslizos (mais comuns em entrevistas e depoimentos, onde processos de remodelação discursiva são mais difíceis), o que nos faz pensar na afirmação de Freud, no *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, de que o ato equivocado remete a um significado mais profundo, capaz de permitir o acesso a verdades ocultas (ou inauditas) expressas por silêncios, esquecimentos ou fantasias – mesmo que o historiador não tenha como objetivo o reconhecimento e superação de conflitos íntimos do sujeito narrativo e a busca da “verdade do sujeito”, ao contrário do psicanalista, tais

situações permitem a percepção de suas relações com a memória individual e coletiva e a identificação dos mecanismos de construção e legitimação de um passado apropriado e compartilhado.

O relato autobiográfico não oferece somente um conjunto de informações pontuais ou gerais, mas também revela uma forma de subjetivação que se manifesta como valorização das experiências vividas, rememoração do passado e uso do passado.

Fentress e Wickham (1992, p. 8) reconhecem a sensibilidade de Halbwachs em perceber “que os grupos constroem as suas próprias imagens do mundo estabelecendo uma versão acordada do passado e ao sublinhar que estas versões se estabelecem graças à comunicação, não por via das recordações pessoais”, e salientam a importância dessa dimensão social que é a “comemoração”, o ritual da memória que se vale do falar, escrever ou reencenar o passado, como instrumento de constituição de grupos.¹⁹

Ao acadêmico surgem os desafios de resgatar de forma criativa as dimensões que ultrapassam os limites do escrito e do racionalizado verbalmente, identificando a memória não somente pela sua dimensão de registro, mas também pela sua dinâmica de constante reelaboração e dos significados advindos desse processo, que se manifestam de forma bastante contrastante na emoção, no sentimento, nas falas e nas imagens em relação com a fonte escrita.

Fentress e Wickham (1992, p. 10) afirmam que o “[...] significado social da memória, a sua estrutura interna e o modo de transmissão não são afetados pela sua verdade”, mas pela forma como conquistam a credibilidade no interior dos grupos que as constroem, de acordo com a adequação do passado ao presente²⁰. E aqui a questão do relato autobiográfico ganha uma nova dimensão, a saber, a forma como se constrói, em termos retóricos, o auditório, ou seja, o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação.

Em relação ao memorial, o auditório não é um público leitor abstrato, mas também os pares, os profissionais que dividem com os autores certas ocupações similares, os referenciais teóricos (convergentes ou divergentes), redes de relações, sentimentos de pertença ou exclusão e identidades diversas.

Se a diferenciação desses modelos narrativos não possa ser pensada a partir de uma maior ou menor factualidade/ficcionalidade, com certeza remete a diferentes perspectivas de retrospectiva/introspecção, distanciamento temporal entre o vivido e o registrado, grau de minúcia descritiva, nível de inclusão do receptor e foco analítico.²¹

Uma questão importante para a análise dos memoriais se refere ao modo como alguns elementos clássicos do biografismo, como a ordem cronológica na vida de um personagem coerente e estável, dotado de “ações sem inércia” e “decisões sem incertezas”, que tensionam os limites do documental, que nem sempre é capaz de contemplar práticas

cotidianas, e descontinuidades e as contradições de uma vida, podem se fazer presentes em um discurso em primeira pessoa.

Alguns dos cuidados em relação a essa forma de narrativa dizem respeito ao questionamento de que modo uma formação historiográfica seria capaz de modelar uma descrição ou autoanálise, que tipo de trânsito de fronteiras é possível se estabelecer entre o público e o privado, como o narrador administra suas incoerências, fracassos ou estigmas, ou ainda, que relações são possíveis estabelecer entre esse indivíduo e outros indivíduos e grupos de sua rede de relações?

Os memoriais acadêmicos como objetos de pesquisa

“Vejo as asas, sinto os passos
de meus anjos e palhaços,
numa ambígua trajetória
de que sou o espelho e a história.
Murmuro para mim mesma:
‘É tudo imaginação!’
Mas sei que tudo é memória...”
(Cecília Meireles, *Memória*)

Pensar em novos objetos ou em objetos tradicionais dentro de novas perspectivas e novos problemas exige a incorporação de métodos e instrumentos conceituais diferentes dos tradicionais, em uma dinâmica de diálogo interdisciplinar por meio do qual não ocorre o simples decalque, mas a tradução e a transcrição tanto teórica quanto empírica.

No caso de intelectuais, quer da História, Antropologia ou Teoria Literária, o determinante bourdieusiano do “nome” ocupa uma centralidade que determina a descrição do percurso entre diversos campos, sistemas e configurações sociais nos quais um discurso profissional e acadêmico garante manter sob controle, ou mesmo afastadas, as dimensões sensíveis e afetivas.

No caso do memorial o nome próprio se mostra um designador rígido, uma forma por excelência da imposição arbitrária feita pelos ritos institucionais: “[...] a nomeação e a classificação introduzem divisões nítidas, absolutas, indiferenciadas nas particularidades circunstanciais e nos acidentes individuais, no fluxo e na fluidez das realidades biológicas e sociais.” (BOURDIEU, 1996, p. 79).

Se o nome próprio é para o cidadão a expressão de sua identidade, embora essa dimensão exista para o intelectual no sentido de ser algo universal, em relação ao mundo acadêmico esse nome se projeta como guardião de uma obra, que construída social e

historicamente se mostra como reflexo de realizações, vínculos, simpatias, antipatias, apreciações e indiferenças em um espaço relacional bastante delimitado.

É, portanto, em relação ao nome próprio que devem ser situados os problemas da autobiografia. [...] É nesse nome que se resume toda a existência do que chamamos de autor: única marca no texto de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito. (LEJEUNE, 2008, p. 23).²²

No caso dos historiadores, o falar de si parece desafiar os referenciais acadêmicos clássicos, ciosos da objetividade narrativa, que estabelecem de forma clara os limites além dos quais se localizam o subjetivo, o impróprio, o inconfessável e o estigmatizado.

Alberti (1991, p. 75) aponta o fato de que no discurso autobiográfico o autor-narrador-personagem é transformado em um “valor”, uma individualidade interiorizada que se torna única mediante seu relato, em contraste com o indivíduo “fato”, signatário do contrato social, pois

A identidade entre autor, narrador e personagem é condição *sine qua non* de uma autobiografia, consubstanciada no pacto autobiográfico: a identidade entre o nome exposto na capa e na folha de rosto (um nome que equivale a uma assinatura) e o nome que o narrador se dá como personagem principal, acrescida, na maioria das vezes, da indicação na capa, na folha de rosto, nas orelhas e na contracapa de que se trata de uma autobiografia.

O estudo das narrativas de vida de educadores tem sido abordado por uma extensa diversidade de entradas e terminologias de pesquisa, sintoma de uma flutuação terminológica em torno das histórias e relatos de vida, biografias e autobiografias que refletem a riqueza e a dificuldade de se expressar distintas vivências e temporalidades.

No Brasil, a área de História da Educação, na década de 90, assiste a uma “virada biográfica” e o campo de pesquisa da profissão docente incorpora para discussões sobre a forma como tais profissionais vivenciam os processos de formação e exercem a reflexão sobre as experiências no magistério, em trabalhos baseados nas histórias de vida como método de investigação qualitativa e como prática de formação. (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011, p. 370).

Passeggi, Souza e Vicentini, (2011, p. 373) entendem a trajetória profissional como o processo de transição identitária e estatutária, percebida na formação (entendida como inicial na graduação e do formador na pós-graduação), como pesquisador (no magistério superior) e como professor titular (como evolução funcional).

Os memoriais acadêmicos podem apresentar, em distintos níveis, tanto a dimensão do discurso institucional e burocrático como o da narrativa pessoal e memorialística, de maneira que o ethos discursivo oscile, conforme as opções do autor-narrador, entre a abordagem objetivada de natureza cartesiana ou o enfoque subjetivante da perspectiva hermenêutica.

Ethos utilizado aqui, de forma ampla, como o define a Análise do Discurso, ou seja, enquanto comportamento verbal e não-verbal dos envolvidos em um processo de interação social e que se traduzem como modos de enunciação (maneiras de dizer e de se apresentar) com base em indícios de tom, caráter e corporalidade. (FAIRCLOUGH, 2001; AMOUSSY, 2005; MAINGUENEAU, 2008)²³

Assim, o ethos se projeta valendo-se de toda troca verbal, tanto oral como escrita, e na qual a manifestação discursiva possui uma especificidade que desenha uma imagem de si, que será (ou não) incorporada pelo auditório, ou seja, o possível público-leitor.

Generalizando, poderíamos afirmar que, em memoriais de áreas das Ciências Exatas e Biológicas, ou nos mais antigos das Ciências Humanas, o referencial cartesiano e a ambição de objetividade tendem a favorecer o surgimento de narrativas mais próximas de uma estrutura esquemática, como um espelho do Currículo Lattes, no qual, ao longo das páginas, se listam em ordem temática e cronológica os dados pessoais e as realizações do autor-narrador no interior do campo profissional.²⁴

Essa forma de narrativa, que se converte em uma enumeração, ao mesmo tempo que não se mistura com a sua vida, apresenta a trajetória pessoal como um conjunto de sucessos profissionais contínuos e cumulativos, com os vícios da linearidade, da unidimensionalidade e do teleobjetismo.

O autor-narrador utiliza-se não de seu próprio discurso para apresentar-se, mas de uma enumeração institucionalizada que legitima sua trajetória profissional e acadêmica – eu não falo de mim, meus títulos falam por mim.

A enumeração se insere em um esforço de reafirmação de seu *ethos* e dos referenciais lógico-formais de sua formação e suas práticas, por meio de analogias, do descarte de detalhes e do reforço de uma visão cumulativa da qualidade intelectual e que, em última análise, são tributárias do projeto da junção do realismo baconiano e do racionalismo cartesiano que advoga a clara secessão entre sujeito e objeto, subjetividade e conhecimento.

Em tempos sombrios nos quais a nulidade acadêmica, que busca afirmar-se como mero diletantismo intelectual, e o produtivismo mais rasteiro, que ambiciona traduzir uma carreira enquanto simples quantificação, travam disputa no interior de diferentes áreas e campos da produção acadêmica, os modelos narrativos que se afastam do exclusivo

recenseamento exaustivo podem afirmar certas riquezas qualitativas tanto da formação profissional quanto da vivência do autor-narrador.²⁵

A escrita autobiográfica carregada de uma maior dimensão subjetiva, presente de forma mais constante em memoriais das Ciências Humanas nos últimos anos, não é um exercício menor da razão, mas uma das muitas formas possíveis de representação de si e do mundo e que, tal como a enumeração, revela uma opção de autorrepresentação e autofiguração.

Há possibilidade de, dando vazão de suas pretensões narrativas calcadas no dia a dia da produção acadêmica, afirmar-se a própria existência no caráter intersubjetivo da experiência, de modo que, informar que se estudou em escola pública nos seus anos de formação não é só uma informação objetiva, mas uma tentativa de partilhar a experiência, despertar empatias, demonstrar superações e criar afinidades ou contrastes perante o possível leitor.

E, da mesma forma, identificar vínculos e heranças, enfatizar ou ocultar acontecimentos, assumir ou omitir relações, encadear de forma temporal ou temática, pretender objetividade ou permitir subjetividade (ou o contrário), e tantas outras configurações que dizem não só sobre o que houve e quem se é mas também de onde se está e de como se fala.

Em grande parte, o intelectual produz um memorial com base em determinantes do sistema das relações sociais nas quais se insere, de modo que o documento é um ato de comunicação no interior de um sistema de linhas de força que tanto se opõem quanto se agregam, conforme a estrutura institucional, os lugares e os momentos envolvidos.

A narrativa, condicionada por diversos determinantes interiores e exteriores, individuais e coletivos, quer pelos temas que levanta ou omite, quer pelas referências nas quais se espelha, estabelece uma nova relação com a verdade, não pela factualidade, mas pelo seu significado. A verdade factual, no sentido de reprodução completa e minuciosa do real não só é impossível, ao entendermos o texto como uma representação do real moldada pela memória e por diversos condicionantes, como mesmo indesejável.

A riqueza da análise do memorial está não só na vivência subjetiva daquele que escreve, mas também pelo que representa como forma de comunicação entre individualidades, por meio da qual o “eu narrado” busca um máximo de significação.

Assim, a categoria “verdade” se desprende do rigor descritivo e se liga a uma rede intersubjetiva na qual, valendo-se dos momentos significativos, e da habilidade em selecioná-los e relacioná-los, estabelece significados culturalmente compartilhados.

Quando o historiador aceita o desafio de abordar suas memórias, e superar os limites do “currículo” pela incorporação da “vida” em sua narrativa ele assume a “responsividade” (expressão criada por Bakhtin que define a forma como o enunciado se

adianta às expectativas e objeções do outro, de modo que responde por antecipação a esse outro) e oferece, em seu trabalho, um dialogismo bem-vindo e necessário, indiferente se tal busca de transparência é um caso de narcisismo, expiação, costume ou ritual.

É possível identificar o autor-narrador desse tipo de texto como alguém que ao mesmo tempo produz um memorial (o exercício acadêmico), uma escrita de si (com o tom memorialista e confessional que a caracteriza) e uma ego-história (por ser uma reflexão a partir de uma perspectiva analítica teoricamente condicionada).

É na sua diversidade, enquanto objeto rico de significados, que os memoriais, mesmo quando se apresentam de maneira linear e asséptica, sem grandes rupturas ou multiplicidades de planos, moldados por digressões e análises para embasarem uma forma de exposição historicamente construída e instrumentalmente determinada permitem, em suas particularidades, o seu reconhecimento enquanto tentativa de interpretação e explicação para o sentido e o sem-sentido de uma experiência compartilhada.

Indicador relevante da legitimidade ou do prestígio da biografia e da autobiografia no interior das fronteiras das diferentes áreas das Ciências Humanas seria o volume da produção desse tipo de narrativa em relação à sua produção bibliográfica, a presença desse enfoque entre os autores que formam o seletivo grupo que constitui o cânone (nesse território que envolve tanto os clássicos quanto alguns contemporâneos) e, mais particularmente, a forma como a narrativa biográfica e autobiográfica é utilizada na construção da memória interna de seus grupos.

Na tradição historiográfica brasileira são muitíssimos raros textos autobiográficos, exceto por algumas entrevistas, publicadas em revistas acadêmicas, em suplementos culturais ou coletâneas específicas, além dos memoriais acadêmicos, como exigência de alguns concursos públicos.

No Brasil, enquanto livro autobiográfico, portanto, textos de maior extensão e que cobrem dimensões públicas e privadas das vidas de historiadores, temos somente dois destaques: Nelson Werneck Sodré, com *Memórias de um soldado* (1967), *Memórias de um escritor* (1970), republicado em 1988 com o título *Defesa da Cultura, A Luta pela Cultura* (1990), *A ofensiva reacionária* (1992) e *A fúria de Calibã* (1994), e Bóris Fausto, com *Negócios e ócios* (1997) e *Memórias de um historiador de domingo* (2010).

Cada instituição maneja os arquivos onde guardam-se os memoriais de uma forma específica, por exemplo, na UNICAMP, o memorial era visto apenas como apenso do processo, sendo descartado após aprovação ou mantido pelo instituto onde se deu o concurso, por sua vez, a Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) disponibiliza alguns dos memoriais de seus professores de todos os seus cursos que prestaram concursos de livre-docência e de titularidade no site da instituição (<<http://fflch.usp.br/memoriais>>) além de os depositar na biblioteca da instituição.²⁶

A abordagem desse tipo de documentação, ainda pouco explorada, permite contribuir para a compreensão de dinâmicas pessoais e institucionais de memória e esquecimento, em meio às complexas relações entre a narrativa autobiográfica, a institucionalização da carreira acadêmica e os modelos narrativos consagrados ou em gestação, a delimitação de redes de relações intelectuais, a caracterização de formas de legitimação grupais e coletivas, e a dinâmica de trânsito teórico-metodológico entre as ciências humanas e a literatura, no que se refere à narrativa autobiográfica e sua dimensão no trabalho intelectual.

Portanto, o memorial se afirma como um espaço privilegiado para a abordagem de questões que lancem luzes sobre o trabalho historiográfico e, particularmente, na análise do autobiografismo e de suas manifestações, assim como nas discussões sobre as dimensões socioculturais da narrativa.

Recebido em 17/4/2014

Aprovado em 26/5/2015

NOTAS

¹ Chaussinand-Nogaret (1993, p. 96) identifica as reservas ao biografismo pela sua suposta vinculação “[...] mais sensível à cronologia do que às estruturas e aos grandes homens do que às massas”, e aponta as limitações desse preconceito afirmando o valor de diferentes abordagens do enfoque biográfico que permitiriam considerável ampliação de alcance analítico, como a prosopografia, a biografia coletiva, a micro-história ou ainda o refinamento da biografia de notáveis para além do culto ao herói, da comemoração estéril ou de um conjunto respeitoso de imagens. Levillain (1996) atribui o renascimento do interesse pela biografia a partir de certas mudanças conjunturais do final do século XX, a saber, crise de grandes modelos explicativos, o questionamento das ideologias, a valorização do individualismo e o descarte de uma completa inteligibilidade do real.

² Indicador relevante da legitimidade ou do prestígio da biografia e da autobiografia no interior das fronteiras dessas disciplinas seria o volume da produção desse tipo de narrativa em relação à produção bibliográfica de cada área, a presença desse enfoque entre os autores que formam o seletivo grupo que constitui o cânone da área (nesse território que envolve tanto os clássicos quanto alguns contemporâneos), e, mais particularmente, a forma como a narrativa biográfica é utilizada na construção da memória interna de seus grupos.

³ O texto de Rousseau é canônico pela originalidade dos vínculos que o narrador estabelece com sua escrita de si, quer pela densidade da narrativa dos processos interiores do indivíduo em seus próprios processos de subjetivação como também pelo reconhecimento do narrador como inserido em um contrato social. Entre outras particularidades da perspectiva rousseauiana, se realmente podemos pensá-la como paradigma, é a exibição de uma “intimidade pública” na qual a distinção entre as dimensões pública e privada se dilui na narrativa, além da incorporação da infância como temporalidade abordada na narrativa, estabelecendo uma gênese da personalidade assim como sua dimensão descontínua e contraditória.

⁴ No caso da narrativa agostiniana, têm centralidade os temas das vicissitudes e da salvação individual, assim como a forma como o “eu” agostiniano remete ao “vós” divino que o incita ao discurso. Caballé (1987, p. 103) aponta a equivalência entre as expressões “confissões” e “autobiografia”, como sinal da sobrevivência do modelo agostiniano na escrita de si.

⁵ Segundo Spengemann (1980), a lembrança histórica de si mesmo foi o modelo dominante no Renascimento e no Iluminismo, quando as recordações do “autor” não são acompanhadas de maior reflexão sobre a experiência vivida e a sua construção enquanto sujeito, que é exemplificada por Dante Alighieri. Já a modalidade da autobiografia filosófica, que ganha força no final do século XVIII e tem em Rosseau seu expoente, problematiza a experiência vivida e a sua relação na construção de uma personalidade, enquanto, finalmente, a autobiografia poética, que predomina a partir do século XIX e tem em Charles Dickens seu destaque, amplia o espaço para o plano da expressão e incorpora elementos da ficção.

⁶ Citando Misch (1950): “It can be defined only by summarizing what the term ‘autobiography’ implies – the description (graphia) of an individual human life (bios) by the individual himself (auto).” (p. 5) ou ainda “As a manifestation of man’s knowledge of himself, autobiography has its basis in the fundamental – and enigmatical – psychological phenomenon which we call consciousness of self or self-awareness (in German *Selbstbewusstsein*). [...] In the certain sense the history of autobiography is a history of human self-awareness. [...] Growing from this psychological root, the self-revelation of the personality takes on the most various forms according to the epoch and the individual or social situation.” (p. 8-9).

⁷ Foucault (1992) aponta as origens desse modelo discursivo – a escrita de si – na Antiguidade como um exercício de registro de pensamentos e impressões que teria um caráter confessional, capaz de purgar faltas morais e fraquezas espirituais, ao mesmo tempo em que ocuparia o lugar de uma companhia na solidão. Tal exercício, destinado apenas à autocontemplação daquele que escreve e se descreve, somava-se a muitas práticas pessoais como a abstinência, os exames de consciência, as memorizações, as meditações, o silêncio e a escuta do outro, etc. O trinômio escrita, meditação e leitura garantiria a organização de ideias capazes de sustentarem a argumentação e justificarem decisões concretas que afirmavam diferentes subjetividades.

⁸ Catelli (1991, p. 54-60), que analisa a forma semântica e retórica na qual se articula o discurso de si utilizando-se de três referenciais teóricos sobre o tema (o linguístico-retórico de Paul Le Man, o neo-hegeliano de Bakhtin e o contratual e enciclopédico de Lejeune), aponta os limites do “pacto autobiográfico” como normativa genérica que deriva de uma descrição ampla demais da precariedade do pacto e de sua ambição de legitimidade, que assemelha sua aplicabilidade crítica a uma operação investigativa do tipo detetivesca. Cordón (1997, p. 116) aponta que a definição de “pacto autobiográfico” é “[...] un hallazgo, y que Lejeune ha instituído como característica irrenunciable, no deja de constituir una mera formalidad asociada a cualquier acto de la vida, y de ningún modo exclusiva de estos escritos, en los que lector oficia como una especie de notario de la realidad.”

⁹ As relações entre autor (A), personagem (P) e narrador (N) na dinâmica narrativa apresentariam as seguintes tipologias, a partir das relações de identidade:

“- A = P, P = N, N = A → autobiografia

- A ≠ P, P ≠ N, N = A → biografia

- A ≠ P, P = N, N ≠ A → ficção homodiegética

- A = P, P ≠ N, N ≠ A → autobiografia heterodiegética

- A ≠ P, P ≠ N, N ≠ A → ficção heterodiegética.” (GENETTE apud BARROS, 2006, p. 55)

A técnica narrativa ficcional na qual se fundem as identidades do narrador e do personagem em um discurso em primeira pessoa e com claro aspecto novelesco, conhecida como autodiegética ou homodiegética, tem na literatura brasileira alguns exemplos notáveis como “Memórias Póstumas de Brás Cubas” (1881) e “Dom Casmurro” (1899), de Machado de Assis, e “O Ateneu” (1888), de Raul Pompéia, entre outros.

¹⁰ Maciel (2013) afirma a expressividade do gênero memorialístico elencando *Memórias* (Visconde de Taunay); *Um homem sem profissão* (Oswald de Andrade); *Memórias do cárcere* (Graciliano Ramos); *Meus verdes anos* (José Lins do Rego); *Solo de clarineta* (Érico Veríssimo); *Navegação de cabotagem* (Jorge Amado) e *Quase memória: quase-romance* (Carlos Heitor Cony), de modo a demonstrar que tais “[...] narrativas têm em comum tanto um autor renomado de extensa produção literária quanto as marcas da escrita em forma de memórias: longa cronologia de enredo, caráter auto-promocional, narrador autodiegético, aparente sinceridade e capacidade de apreensão de um entorno histórico.” (p. 552)

¹¹ Essa obra introduz temas que serão revisitados constantemente nos textos autobiográficos de autores posteriores: “[...] a vida escolar, sua relação e também a de seus familiares com a política, seu trabalho como jornalista, a vida acadêmica, a concepção literária, o processo de escrita e publicação de seus livros, os primeiros contatos com a leitura (Balzac, Alexandre Dumas, Chateaubriand, Victor Hugo, etc), as histórias retratando a vida de homens importantes, entre outros.” (BARROS, 2006, p. 42)

¹² Fávero (1999, p. 12) considera Graciliano Ramos, Pedro Nava e Cyro dos Anjos os mais importantes autores autobiográficos da literatura brasileira, embora no caso do último haja enorme polêmica (assim como a sobre a relação de Machado de Assis com o Memorial de Aires) sobre se o romance *O amanuense Belmiro* (1937) seria ou não autobiográfico, mas as memórias *Explorações no Tempo* (1963) e *A Menina do Sobrado* (1979) são identificadas como significativos destaques qualitativos.

¹³ A crítica literária ou cultural absorve a experimentação através da “autoficcção”, procedimento inventivo criado na década de 70 do século XX na França por Serge Doubrovsky, em seu romance *Fils* (1977), onde vida, obra e imaginação se entrelaçam. Na literatura francesa diversos autores contemporâneos exploraram tal abordagem, como Christine Angot, Marguerite Duras, Guillaume Dustan, Alice Ferney, Annie Ernaux, Hervé Guibert, Olivia Rosenthal, Anne Wiazemsky, Vassilis Alexakis, com destaque para Catherine Millet, que em *A Vida Sexual de Catherine M.* (2002), utilizou-se desta para explorar as dimensões estéticas e vivenciais de suas experiências sexuais.

¹⁴ Entre diversos textos de natureza autobiográfica produzidos por intelectuais do século XX em diante, podemos citar, além do já mencionado Roland Barthes por Roland Barthes (1975), o *Diário de Luto* (2009) do mesmo autor; *Rua de Mão Única*, de Walter Benjamin (1928); *Circonfissão* (1991), de Jacques Derrida; *Esboço de auto-análise* (2001) de Pierre Bourdieu, o severo crítico das biografias, entre outros casos notáveis ou notórios.

¹⁵ “Comentar-me? Que tédio! Eu não tinha outra solução a não ser a de me re-escrever – de longe, de muito longe – de agora: acrescentar aos livros, aos temas, às lembranças, aos textos, uma outra enunciação, sem saber jamais se é de meu passado ou de meu presente que falo. Lanço assim sobre a obra escrita, sobre o corpo e o corpus passados, tocando-os de leve, uma espécie de patchwork, uma coberta rapsódica feita de quadrados costurados. Longe de aprofundar, permaneço na superfície, porque desta vez se trata de ‘mim’ do Eu e porque a profundidade pertence aos outros.” (BARTHES, 2003, p. 160)

¹⁶ “Such terms as objectivity, neutrality, and impartiality refer to subject positions once endowed with great institutional authority, but they are arguably neither more nor less valid than those of more engaged, yet equally perceptive, knowledgeable social actors.” (ROSALDO, 1989, p. 21)

¹⁷ Fournier (2003) identifica a maior presença da biografia intelectual voltada à própria história das ciências sociais entre os anglo-saxões do que entre os franceses (o quer talvez seja um dos fatores que – por irradiação – explique a sua raridade entre os brasileiros também) que tendem somente a focar a história das idéias ou a releitura das obras. Em relação a biografia de Marcel Mauss que Fournier escreveu, esse lembra que apesar de ter sido aluno de Bourdieu e sempre ter em mente as referências às noções de “campo”, “posição social” e “habitus”, assim como os perigos da “ilusão biográfica”, buscou manter certos cuidados com o “reducionismo sociológico”. Na construção da referida biografia Fournier identifica seus próprios méritos nas escolhas de método e estilo: utiliza, mesmo reconhecendo dificuldades em identificar rupturas, da referência do ciclo da vida (infância, juventude, maturidade e velhice) para compor sua narrativa, e de uma teoria da ação que contempla o personagem como ser tanto racional como irracional, guiado por seus interesses e por suas paixões, dotado de certezas e indecisões, contrapondo ao que o personagem realizou aquilo que foi incapaz de realizar – em um contraste de “sucessos” e “fracassos” com o objetivo de humanizar o biografado, que na verdade é o objeto de um inquérito.

¹⁸ Curiosamente, Chartier (1994) reconhece como positiva a introdução da questão do indivíduo na historiografia a partir da micro-história, vertente historiográfica que tem em Carlo Ginzburg e Giovanni Levi alguns de seus maiores expoentes: “De um lado, sensíveis a novas abordagens antropológicas ou sociológicas, os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Daí resultaram vários deslocamentos fundamentais: das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as estratégias singulares. A ‘micro-história’, inicialmente italiana, hoje espanhola, foi a tradução mais viva dessa transformação da abordagem histórica baseada no recurso a modelos interacionistas ou etnometodológicos. Radicalmente diferente da monografia tradicional, a *microstoria* pretende construir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos.” (CHARTIER, 1994, p. 2)

¹⁹ Os autores afirmam que “[...] recordamos a nossa infância como membros da família, o nosso bairro como membros da comunidade local, a nossa vida profissional em função da comunidade da

fábrica [...], e assim por diante; que estas recordações são essencialmente memórias de grupo e que a memória individual só existe na medida em que esse indivíduo é um produto provavelmente único de determinada intersecção de grupos.” (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p. 7).

²⁰ “A maior parte dessa confiança deriva do fato de experimentarmos o presente em relação com o passado. A nossa experiência do presente fica portanto inscrita na experiência passada. A memória representa o passado e o presente ligados entre si e coerentes, neste sentido, um com o outro. [...] Claro que esta inserção da memória na experiência presente pode também ser a raiz da sua debilidade como fonte de conhecimento do passado.” (FENTRESS E WICKHAM, 1992, p. 39) Há uma relação dialogística entre passado e presente, não só na própria construção de uma memória do passado, mas também na forma como “[...] a experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado” (CONNERTON, 1993, p. 2).

²¹ O diário, p. ex., situa a narrativa de forma próxima do vivido, permite uma descrição minuciosa e pormenorizada das experiências e de suas percepções, voltada não para o que se fez mas para o que se é, e tem uma natureza privada – de “uma escrita de si para si”, em claro contraste com a biografia.

²² Lejeune (2008) destaca na autobiografia as dimensões documental e contratual, a primeira derivada de sua temporalidade e representatividade, e a segunda do “contrato de leitura” que permite a fusão entre personagem/narrador/autor. O relato, ainda segundo Lejeune, se desenrola com base em dois eixos, o cronológico e o temático, em que a autoimagem é fragmentada em muitos aspectos, e na autobiografia, diferentemente do relato, o texto – enquanto ato de comunicação – é construído de forma modelar, na escolha de palavras, do ritmo narrativo e de conteúdos, de modo a criar um padrão delimitado por uma lógica do discurso.

²³ O conceito também é utilizado nas Ciências Sociais, relacionado com a ideia de *Volksgeist* (espírito de um povo), sendo apropriado por pensadores como Alfred Kroeber, em *Anthropology: Culture, Patterns and Processes* (1923) e Clifford Geertz, em *A Interpretação das Culturas* (1973), como expressão da realidade cultural/simbólica que é determinada por certas condições estruturais, mas que permite a *ação dos sujeitos* e das *pressões conjunturais* ao longo do tempo histórico. Robert Merton, nos ensaios *A ciência e a ordem social* (1938) e *A ciência e a estrutura social democrática* (1943) – publicados no Brasil na coletânea *Ensaios de sociologia da ciência* (de 2013), discute as características da comunidade científica e define o conceito como o conjunto de normas e valores que caracterizam determinada comunidade, com seus imperativos específicos.

²⁴ O claro contraste entre um memorial enquanto enumeração e um memorial enquanto narrativa reflete as “regras do jogo” de cada campo acadêmico, pois como afirma Bourdieu (1989, p. 69): “Compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas.”

²⁵ Waizbort (1998, p. 80-81), citando Martin Kohli, frisa as necessárias funções de referência e valorização das narrativas do passado e elenca seis dimensões valorativas evocadas para se contar uma história de vida: a criação autônoma (o self-made-man), a orientação de uma meta, a dimensão institucional (como *carreira*), a procura (e a ênfase nas mudanças), o jogo (resultado de um paralelograma de forças exteriores) e a autorreflexão (problematizando a continuidade e o eu). Tal lista não engloba todas as possibilidades, mas mostra a diversidade das soluções narrativas possíveis e reafirma de que modo a escrita e a análise de memoriais suscita mais problemas do que respostas.

²⁶ Consulta em fevereiro de 2014 encontrou a seguinte listagem: Adrián Pablo Fanjul, Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros, Ana Muller, Antonio Dimas, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, Berta Waldman, Daniel Rossi Nunes Lopes, Elizabeth Harkot de La Taille, Gustavo Venturi, Heloísa Fernandes, Homero Silveira Santiago, Iná Camargo Costa, Ivone Daré Rabello, João Paulo Pimenta, João Roberto Gomes de Faria, John Cowart Dawsey, Lélia Erbolato Melo, Leopoldo Waizbort, Lucia Wataghin, Luciana R. Storto, Luis Antonio Bittar Venturi, Luís César Oliva, Luiz Dagobert de Aguirra Roncari, Lylian Coltrinari, Marcos César Alvarez, Margarida Maria Taddoni Petter, Maria Helena P. T. Machado, Mário Eduardo Viaro, Paula Regina Pereira Marcelino, Paulo Argimiro da Silveira Filho, Rosa Ester Rossini, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, Sandra Lencioni, Scarlett Marton, Sérgio Adorno, Teresa Cristófani Barreto, Véronique Marie Braun Dahlet, Yuri Tavares Rocha. Mas um levantamento mais detalhado mostra a possibilidade, a partir do recorte temporal, de um número muito mais expressivo.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 66-81, jan./jun. 1991.
- AMOussy, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BARROS, Mariana Luz Pessoa de. *A arquitetura das memórias: um estudo do tempo nos discursos autobiográficos*. 2006. 233 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.181-191.
- BRUNER, Edward M. Ethnography as Narrative. In: TURNER, Victor Witter; BRUNER, Edward M. *The Anthropology of Experience*. Urbana: University of Illinois, 1986. p. 139-155.
- CABALLÉ, Anna. Figuras de La autobiografía. *Revista de Occidente*, Madrid, n. 74-75, p. 103-119, jul./ago. 1987.
- CATELLI, Nora. *El espacio autobiográfico*. Barcelona: Lumen, 1991.
- CHARTIER, Roger. A HISTÓRIA HOJE: dúvidas, desafios, proposta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, jan./jun. 1994.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.
- CORDÓN, José Antonio. La información biográfica: sobre la memoria y sus representaciones. *Boletín de la Anabad*. Madri, v. 47, n. 11, p. 107-126, jan. 1997. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/dfichero_articulo?codigo=51038&orden=67292>. Acesso em: 13 set. 2010.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. Roger Chartier: entrevista In: CASTELO BRANCO, Edmar Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alves do; PINHEIRO, Áurea Paz. (Orgs.) *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: BAGAÇO, 2005. p. 280-290.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar/Editora da UFRJ, 1993.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001.
- FÁVERO, Afonso Henrique. *Aspectos do memorialismo brasileiro*. 1999. 370 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social: Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si, In:_____. *O que é um autor?* Portugal: Veja/Passagens, 1992. p. 129-160.

FOURNIER, Marcel. Para reescrever a biografia de Marcel Mauss... *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 5-13, jun. 2003.

GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. (org.) *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro, 2009.

GUIMARÃES, Valéria Lima. “Em torno da biografia como um gênero histórico: apontamentos para uma reflexão epistemológica” In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RJ, X, 2002, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2001. Disponível em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.rj.anpuh.org%2Fresources%2Ffrj%2FAnais%2F2002%2FComunicacoes%2FGuimaraes%2520Valeria%2520L.doc&ei=maeBVZOuFsenNry_gfAL&usq=AFQjCNEr4d-OXukbDJELRQWQ-cp9DosL1g&sig2=a2qTBlobccHNVaOSVTNTIA&bvm=bv.96041959,d.eXY&cad=rja. Acesso em: 15 fev. 2009.

GUSDORF, Georges. *Les écritures du moi*. Paris, Garnier, 1991.

HERNANDEZ, Juan José Marin. Entrevista al doctor Roger Chartier.... *Revista de Historia de América*, Ciudad de México, n. 125, p. 151-160, jul./dic. 1999. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/20140018>>. Acesso em: 25 set. 2009.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

LEJEUNE, Phillipe. *O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MACIEL, Sheila Dias. Sobre a tradição da escrita de memórias no Brasil, *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 48, n. 4, p. 551-558, out./dez. 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29.

MISCH, Georg. *A History of Autobiography in Antiquity*. Londres: Routledge, 1950.

NORA, Pierre. *Ensaio de Ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Eliseu Clementino de; VICENTINI, Paulo Perin. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 01, p. 369-386, abr. 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T A Queiroz, 1991.

ROSALDO, Renato. *Culture & Truth: The Remaking of Social Analysis*. Boston: Beacon Press, 1989.

SANTIAGO, Silviano. *O falso mentiroso*. Memórias. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

SPENGE MANN, William Charles. *The Forms of Autobiography*. New Haven/London: Yale University Press, 1980.

VASCONCELOS, Mario Cesariny de. *Louvor e simplificação de Álvaro de Campos*. Lisboa: Contraponto, 1953.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

WAIZBORT, Leopoldo. Para uma sociologia do memorial acadêmico - um fragmento. *Revista de Teoria Literária e Literatura Comparada*, São Paulo, n. 3, p 77-82, 1998.